PARECER 089/2019

Parecer ao Projeto de Lei 43/2019-L, de iniciativa do Vereador José Alexandre Pierroni Dias que “Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB) no Município de São Roque, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura”.

Pretende o Vereador José Alexandre Pierroni Dias, através do Projeto de Lei 43/2019-L, instituir o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB), com o fim de assegurar, por meio de ações conjuntas e continuadas, o acesso ao livro, à leitura e à literatura a toda população do Município de São Roque.

É o relatório.

Vige no nosso estado democrático de direito o princípio da independência dos poderes, estatuído no artigo 2º da Carta Magna, entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Retrata este princípio que cada poder atua dentro de sua parcela de competência constitucionalmente estabelecida. Nesse sentido, as atribuições asseguradas a um poder não poderão ser delegadas a outro poder.

A Constituição Federal, precisamente no artigo 22, inciso XXIV, fixa a competência privativa da União em legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Assim, foi editada a Lei Federal 9.394/96, que dispõe sobre a matéria.

Nesse teor, as normas gerais sobre diretrizes e bases da educação competem à União Federal, e aos Estados e Municípios somente suplementá-las para ajustarem com a realidade de cada ente da federação.

A instituição do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB), não abarca a chamada competência privativa do Poder Executivo, pois não está disciplinado naquelas matérias constantes no artigo 86 da Lei Orgânica do Município.

Assim, entendemos que a iniciativa do Projeto de Lei em questão é competência concorrente, cabendo tanto ao Prefeito, ao Vereador ou à população em geral.

Cabe ressaltar, que o projeto de lei em análise, não fere o Princípio da Separação dos Poderes, previsto no artigo 2º da Constituição Federal, uma vez que, dispõe de maneira abstrata e geral sobre a matéria, o que corresponde ao exercício da função legislativa.

Nesse sentido, também, verificamos que, não há no projeto qualquer normatização estabelecendo atribuições ao Poder Executivo, nem tampouco acarretando alguma despesa, capazes de violar o princípio constitucional previsto no acima referido artigo 2.

Contudo, ao passo que não fere o Princípio da Separação dos Poderes, por sua vez, deixa de dispor a respeito das medidas necessárias à implementação das normas do referido projeto, prejudicando, por conseguinte, à aplicação da norma no caso concreto.

Pelo exposto, nos posicionamos no sentido do aludido Projeto de Lei estar apto a ser deliberado pelo Plenário, passando pela Comissões

Permanentes de “Constituição, Justiça e Redação” e “Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo” cabendo quanto a conveniência e oportunidade aos Ilustres Vereadores.

É o parecer, s.m.j

São Roque, 24 de abril de 2019

YAN SOARES DE S. NASCIMENTO
Assessor Jurídico

VIRGINIA COCCHI WINTER
Assessora Jurídica